

**RELATÓRIO DO PROCESSO
ELEITORAL DOS COMITÊS DE BACIAS
HIDROGRÁFICAS DE MINAS GERAIS
GESTÃO 2023-2027**

**BELO HORIZONTE
INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS
2024**

Governo do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema Neto
Governador

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável -
Semad**

Marília Carvalho de Melo
Secretária

Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam

Marcelo da Fonseca
Diretor Geral

Thiago Figueiredo Santana
Diretor de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de
Recursos Hídricos – DGAS

Maria de Lourdes Amaral Nascimento
Gerente de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à
Gestão Participativa – GECBH

EQUIPE GECBH

Eloá Aparecida de Oliveira
Fabiana Monteiro de Moura Fernandes Campos
Leandro Pinheiro Calil
Jeane Sabrina Maia
Maria de Lourdes Amaral Nascimento
Robson Rodrigues dos Santos
Vanilda Dalminda dos Santos Moreira

ORGANIZAÇÃO

Jeane Sabrina Maia
Maria de Lourdes Amaral Nascimento
Robson Rodrigues dos Santos

IGAM

Rodovia João Paulo II, nº 4143 - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte
Minas Gerais - CEP: 31630-900

<http://www.igam.mg.gov.br>

RELATÓRIO DO PROCESSO ELEITORAL DOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM MINAS GERAIS - GESTÃO 2023-2027

1. OBJETIVO

Este relatório tem como objetivo apresentar os procedimentos realizados e os resultados do processo eleitoral dos Comitês de Bacias Hidrográficas em Minas Gerais, gestão 2023-2027.

2. INTRODUÇÃO

Os Comitês de Bacias são entes primordiais na implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos, seja na materialização da gestão participativa, ou no gerenciamento dos recursos hídricos com a implementação dos instrumentos de gestão. Ademais, são esses órgãos colegiados que promovem os debates das questões relacionadas com os recursos hídricos nas bacias hidrográficas em que atuam.

O processo eleitoral dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) em Minas Gerais é conduzido pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), por meio da Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa – GECBH e ocorre simultaneamente a cada 4 (quatro) anos para renovação dos seus membros.

Como trata-se de eleições globais para composição dos membros nos CBHs, o processo eleitoral demanda um engajamento e empenho do Órgão Gestor por meio dos servidores envolvidos, visto o grande número de documentos que são recebidos e analisados, além de diversas reuniões necessárias ao longo do processo.

O processo conta também com o apoio de comissões eleitorais formadas por representantes escolhidos de cada um dos segmentos que compõem os CBHs. Ainda por parte dos Comitês, há o envolvimento e apoio na divulgação e mobilização das eleições junto aos segmentos da sociedade e suas respectivas instituições que tenham interesse em participar e serem membros nesses colegiados.

Para cada CBH é publicado um edital específico que estabelece as regras, de acordo com a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-MG) nº 69/2021.

Assim, os trabalhos para realização das eleições globais para composição dos CBHs em MG começaram no início de 2021 com elaboração do planejamento administrativo, normativo e operacional visando cumprir com todas as etapas do processo.

Conforme será apresentado neste documento, o processo eleitoral foi finalizado com a posse dos membros e eleição das respectivas diretorias dos CBHs, etapa essa concluída no segundo semestre de 2023 para 32 CBHs e no primeiro semestre de 2024 para 02 CBHs.

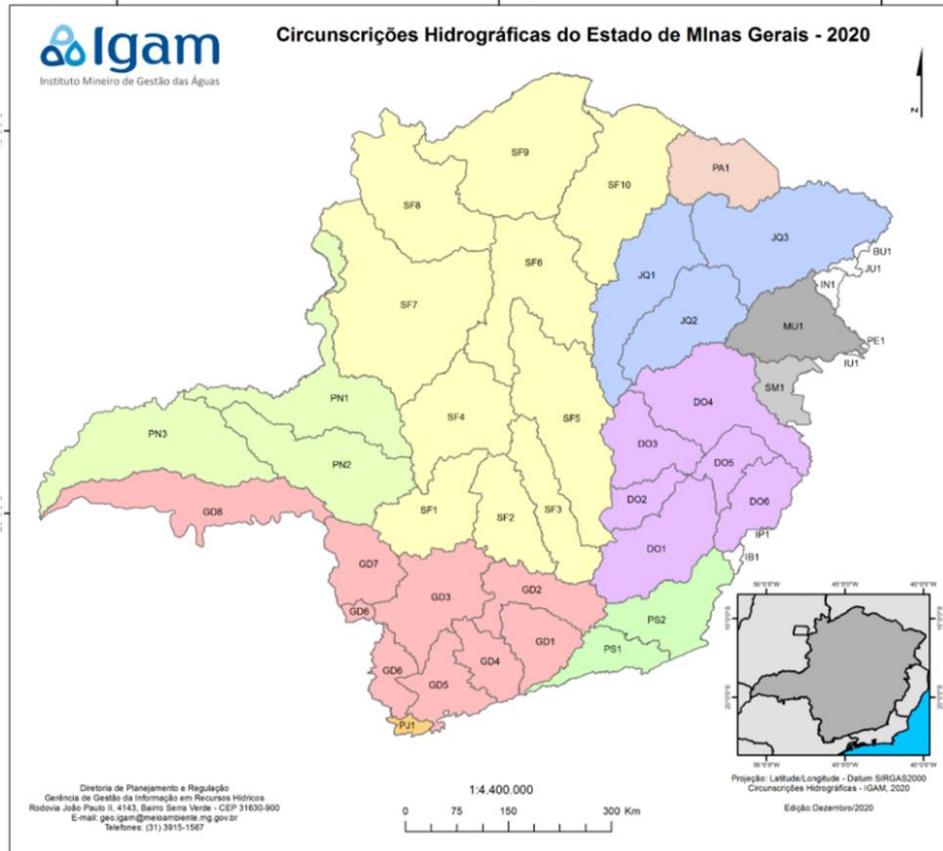
3. O PROCESSO ELEITORAL DOS COMITÊS DE BACIAS EM MINAS GERAIS

3.1 Comitês de Bacias Hidrográficas em Minas Gerais

Os Comitês de Bacias Hidrográficas, entes do Sistema Estadual de Gestão dos Recursos Hídricos, estão previstos na Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei nº 13.199/1999) e possuem atribuições de caráter normativo, consultivo e deliberativo. São órgãos colegiados que discutem e decidem questões relacionadas ao recurso hídrico nas bacias hidrográficas e contam com a participação paritária entre os representantes dos segmentos do poder público estadual, do poder público municipal, da sociedade civil e dos usuários de recursos hídricos.

Entre os anos de 1998 e 2009, Minas Gerais instituiu 36 Comitês de Bacias Hidrográficas, cada um com atuação em uma das Circunscritões Hidrográficas - CH (divisão territorial estabelecida pela Deliberação Normativa CERH-MG nº 66/2020 com vistas ao gerenciamento e planejamento para implementação da Política de Recursos Hídricos), Figura 1.

Figura 1 - Mapa das Circunscrições Hidrográficas do Estado de MG em 2020



Fonte: Igam

Por meio desses colegiados, e com apoio do Igam, foram e estão sendo implementados os principais instrumentos de gestão de recursos hídricos nas bacias mineiras, quais sejam:

- Outorga dos direitos de uso de recursos hídricos;
- Planos diretores de recursos hídricos das Bacias Hidrográficas;
- Enquadramento dos corpos de água em classes, segundo seus usos preponderantes;
- Cobrança pelo uso de recursos hídricos.

Com todos os avanços nos últimos anos, visando a otimização da implementação dos instrumentos de gestão e dos recursos financeiros provenientes da Cobrança, o CERH-MG aprovou a Moção nº 01, em 29 de setembro de 2021, recomendando aos Comitês de Bacias Hidrográficas para que avaliassem os cenários de seus territórios de atuação. A partir desse documento, e após diversas discussões, o CBH do Alto Rio Grande (CH GD1) e o CBH Vertentes do Rio Grande (CH GD2) deliberaram pela sua união e, após todos os trâmites necessários, eles foram extintos e deram origem ao CBH Nascentes do Rio Grande (CHs GD1 e GD2) instituído pelo Decreto nº 48.639/2023. Fato semelhante ocorreu com o CBH do Rio Paracatu (CH SF7) e Comitê da Sub-Bacia

Mineira do Rio Urucuia (CH SF8) que também foram extintos e deram origem ao Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia, instituído pelo Decreto nº 48.729/2023.

Nesse contexto, atualmente no estado de Minas Gerais existem 34 Comitês de Bacias Hidrográficas, Figura 2.

Figura 2 - Mapa dos Comitês de Bacias Hidrográficas de MG em 2024



Fonte – Igam

Todos os CBHs contam com seu respectivo regimento interno que, em conformidade com seu decreto de instituição, estabelece o número de vagas para sua composição. Cabe destacar que todas as vagas possuem um titular e um suplente, que podem ser ocupadas por instituições distintas, totalizando 1928 representantes eleitos por meio de processos eleitorais.

3.2 Planejamento

No início do ano de 2021, o Igam iniciou o planejamento do processo eleitoral dos Comitês de Bacias Hidrográficas, visto que a gestão à época estava prevista para findar

em 2022. Levando em consideração que o país ainda passava pelo período de pandemia do Covid 19, foi necessário criar uma minuta de edital com arranjo metodológico diferente do que era executado em processos eleitorais anteriores, uma vez que a população estava quase toda em confinamento.

Como já informado, os processos eleitorais ocorrem simultaneamente a cada 4 (quatro) anos para renovação dos seus membros, com exceção do CBH Verde Grande (CH SF10), visto que é um comitê de integração com o estado da Bahia, que possui um calendário eleitoral diferente conduzido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Para cada CBH é publicado um edital específico que estabelece as regras, de acordo com a Deliberação Normativa CERH-MG nº 69/2021, e contém as seguintes etapas:

- Elaboração e publicação dos editais;
- Inscrição das instituições interessadas;
- Análise de documentos enviados no período de inscrições;
- Divulgação da relação preliminar das entidades habilitadas;
- Interposição de recursos;
- Julgamento e divulgação do resultado dos recursos encaminhados;
- Divulgação da relação final das entidades habilitadas;
- Reuniões dos segmentos: Poder Público Estadual, Poder Público Municipal, Usuários de Recursos Hídricos e Sociedade Civil;
- Divulgação da composição do Comitê com as entidades eleitas;
- Indicação dos representantes pelas entidades eleitas;
- Reunião para posse dos novos membros;
- Eleição da nova diretoria.

Todas as etapas, portanto, foram previstas para que ocorressem de forma remota, inclusive a inscrição, tornando essa construção desafiadora. Para tanto, foram criados pelo Igam e-mails institucionais, um para cada comitê, os quais foram indicados nos editais para o recebimento dos documentos exigidos para inscrição. Ainda na fase de elaboração, foram identificadas divergências entre a minuta do edital e a Deliberação Normativa CERH-MG nº 69/2021 o que impossibilitou a continuidade do processo, sendo imprescindível a prorrogação dos mandatos dos Comitês naquela ocasião. Logo, a questão foi levada ao CERH-MG para discussões e alterações necessárias, o que ocasionou um grande atraso para começar o processo.

Todas as informações das etapas relacionadas foram divulgadas na página eletrônica do Portal dos Comitês (www.comites.igam.mg.gov.br/processos-eleitorais), Figura 3, em que cada comitê possui uma página específica.

Figura 3 - Página Portal dos Comitês referente ao Processo Eleitoral

The screenshot shows the 'Portal dos Comitês' website. The header includes the logo 'Portal dos Comitês' and 'Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam'. There are social media icons for Facebook, Twitter, and Instagram, and a search bar. Navigation links include 'Perguntas Frequentes', 'Contatos', and 'Fale Conosco'. The main content area has a breadcrumb trail: 'Página Principal > Processo Eleitoral > Eleições Globais'. The title is 'Eleições Globais'. Under 'Observações:', there are two bullet points: 'O CBH Verde Grande (SF10), composto também por municípios do estado da Bahia, não participa do processo global e segue o calendário da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).', and 'Os editais dos CBHs Alto Rio Grande (GD1), Vertentes do Rio Grande (GD2), Paracatu (SF7) e Uruçuia (SF8) foram tornados sem efeito.'. Below this, there are two sections: 'BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO' and 'BACIA DO RIO GRANDE'. Each section lists various committees with their status, such as 'Concluído' or 'Edital tornado sem efeito'.

Fonte – Igam

3.3 Publicação dos Editais

Sendo assim, em 1º de outubro de 2022, o Igam publicou todos os 35 editais (um para cada Comitê instituído a época), com exceção do CBH Verde Grande, conforme mencionado anteriormente. O período de inscrição das entidades interessadas estava inicialmente previsto para até o final de novembro/2022, no entanto, com o baixo número de inscrições, foram necessárias prorrogações dessa etapa e, conseqüentemente, das etapas seguintes.

Cabe destacar o processo eleitoral do Comitê dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CH GD6) que, em função da dificuldade histórica de alcançar o número mínimo de inscrições, as diversas prorrogações não foram suficientes e houve a necessidade de revogar o edital e, em uma reunião plenária, reduzir o número de vagas previstas no regimento interno. Apenas após essa decisão foi possível dar andamento no processo eleitoral após a publicação de um novo edital em 24/05/2023.

Durante o processo eleitoral também houve necessidade de revogação dos editais do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Rio Grande (CH GD1), Comitê da Bacia Hidrográfica Vertentes do Rio Grande (CH GD2), do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu (CH SF7) e do Comitê da Sub-Bacia Mineira do Rio Urucuia (CH SF8) tendo em vista que esses Comitês seriam extintos com a aprovação de suas respectivas uniões. Posteriormente foi publicado o edital para processo eleitoral do Comitê Bacia Hidrográfica Nascentes do Rio Grande (CH GD1 e GD2) em 11/07/2023 e o edital do processo eleitoral do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia (CH SF7 e SF8) em 06/01/2024.

Com todo o exposto, o Igam portanto realizou o processo eleitoral de 33 Comitês de Bacias Hidrográficas para o preenchimento de 1.848 vagas, sendo 924 de titulares e 924 de suplentes. Cabe destacar que os conselheiros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CH PJ1) e do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia (CH SF7 e SF8) tomaram posse somente em 2024, respectivamente em 30 de janeiro e 25 de junho. Logo, seus mandatos serão até 2028.

3.4 Divulgação e mobilização

Com a publicação dos editais, os servidores da GECBH/Igam providenciaram a inserção dos documentos no Portal dos Comitês e encaminharam para os conselheiros na época solicitando divulgação. Foi confeccionado material gráfico para ser enviado por Whatsapp e, durante o período de inscrição, o processo foi divulgado no final das apresentações institucionais do Igam em locais diversos.

Para mobilização, contamos com o apoio das comissões eleitorais constituídas, membros das diretorias, auxiliares administrativos lotados nos CBHs, funcionários das entidades equiparadas à Agência de Bacia, bem como das entidades representativas dos segmentos, buscando alcançar o máximo de interessados em participar do processo eleitoral e efetivar as inscrições. Em relação às entidades do Poder Público Estadual, foi adotada a estratégia de encaminhar um ofício direcionado aos Secretários de Estado / Dirigentes, informando a abertura do processo eleitoral e, inclusive, indicando os CBHs em que já tinham atuação.

3.5 Período de inscrições

Conforme estava previsto nos editais, as inscrições foram efetivadas mediante envio do formulário de inscrição e documentação exigida para o e-mail indicado. Todos os e-mails de inscrição foram respondidos pela GECBH/Igam com a “confirmação de recebimento” listando os arquivos recebidos. Caso fosse necessário, a instituição

participante poderia encaminhar um e-mail com retificação ou complementação de documentos desde que não ultrapassasse o prazo de inscrição estipulado. Ao todo, foram 5.539 e-mails recebidos e 6.587 enviados/respondidos contando com os e-mails de retificação e complementação.

Cabe destacar que nesse momento foi realizada somente a verificação dos documentos, sem análise de mérito do conteúdo. Essa etapa demandou muito trabalho visto o grande volume de documentos que precisaram ser baixados, agrupados em ordem pré-estabelecida e todas as 1.440 inscrições foram inseridas em um processo específico para cada CBH no Sistema Eletrônico de Informações - SEI/IMG.

O controle das inscrições recebidas foi feito também por meio de uma planilha em Excel alimentada com informações como data de recebimento, data de resposta, nome da entidade, contatos do representante legal, contatos do representante indicado para participar da reunião de segmento, bem como alguma eventual pendência de documentação que tivesse sido identificada. A referida planilha foi importante para identificar os segmentos que necessitavam de uma mobilização mais intensificada.

3.6 Análise dos documentos, julgamento de recursos e habilitação das instituições

Após o período de inscrição, os membros das comissões eleitorais de cada CBH foram acionados para estabelecerem a data da reunião para análise dos documentos das inscrições. Na data definida, por meio da plataforma Teams, dois servidores da GECBH/Igam conduziram a reunião apresentando todos os documentos enviados em cada inscrição recebida e verificando se todas as exigências foram atendidas. Após a análise de cada inscrição os membros da comissão presentes concluíam pela habilitação ou não. Durante a reunião foi elaborada uma ata com o registro das ocorrências, inclusive com os motivos da inabilitação. Ao suscitarem dúvidas em relação a determinado documento, optavam por abrir uma diligência.

Sendo assim, os servidores do Igam que estavam acompanhando aquela reunião enviavam e-mail para instituição solicitando informações complementares ou esclarecimento, em um prazo aproximado de 24 horas, para apreciação da comissão eleitoral. Foram realizadas um total de 47 reuniões para análise das inscrições e diligências. Ao final dessa etapa, das 1.440 inscrições recebidas, 54 (3,7%) foram inabilitadas, ou seja, a maioria enviou documentação completa conforme critérios estabelecidos nos editais.

Em atendimento ao calendário eleitoral, as relações preliminares das instituições habilitadas foram divulgadas no Portal dos Comitês com o total de 64 instituições inabilitadas e, ato contínuo, aberto o prazo para possíveis interposições de recursos. Destes, do total de recursos tempestivos recebidos, 15 foram deferidos. Para concluir essa etapa de habilitação, foram divulgadas no Portal dos Comitês as relações finais.

3.7 Reuniões dos segmentos

Com os resultados das entidades habilitadas divulgados, foi iniciada a etapa das reuniões dos segmentos dos poderes públicos (estadual e municipal), dos usuários de recursos hídricos e das entidades da sociedade civil de cada CBH, com objetivo de eleger os membros para as vagas de titularidade e suplência. Os servidores da GECBH/Igam novamente se dividiram em dupla para conduzir as reuniões. O e-mail de convocação foi enviado para os contatos informados na ficha de inscrição (instituição e respectivo indicado para participar da referida reunião).

Foram 101 reuniões de segmento ocorridas por meio de videoconferência pela plataforma Teams. Após credenciamento dos representantes indicados, foi apresentado o número total de vagas do segmento em referência e o número de entidades habilitadas para ocupá-las. Houve o esclarecimento de que a escolha poderia ser realizada por votação ou por outros critérios acordados pelos próprios participantes, destacando que as vagas titulares e respectivos suplentes poderiam ser ocupadas por instituições distintas. Em alguns Comitês foram realizadas votações, enquanto em outros a decisão foi por consenso. As reuniões tiveram registro de participação, do resultado da votação/consenso, além da relação das instituições habilitadas e não eleitas, quando era o caso, para assumirem possíveis vacâncias no decorrer do mandato.

Alguns Comitês tiveram instituições na lista de espera para um ou mais segmentos, outros tiveram exatamente o mesmo número de inscritos que as vagas titulares. Logo, não houve necessidade de realização de reuniões, visto que todas as instituições habilitadas ocuparam titularidade e respectiva suplência.

Na etapa seguinte, as instituições eleitas encaminharam ofícios indicando seu(s) representante(s) que foram inseridos nos respectivos processos SEI/IMG. Após o recebimento dos ofícios, os nomes foram enviados para Secretaria de Estado de Governo (Segov) para publicação dos atos de designação.

3.8 Posse dos membros e eleição das Diretorias dos CBHs

Para finalizar o processo de eleição, o Igam encaminhou a convocação para os representantes designados para reunião de posse com as orientações referentes à inscrição das chapas para concorrerem aos cargos da diretoria. Foram 35 chapas inscritas para os 33 CBHs.

As reuniões de posse foram conduzidas por servidores do Igam, tendo na pauta:

- Apresentação sobre o “Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, as competências dos comitês e o papel dos conselheiros”,
- Posse dos conselheiros,
- Exibição do vídeo produzido pela Comissão de Ética da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad,
- Apresentação da(s) chapa(s) inscrita(s),
- Eleição e posse dos membros da diretoria.

Foram realizadas 8 reuniões remotas e 25 presenças em locais conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Locais onde foram realizadas as reuniões de posse

LOCAIS REUNIÕES DE POSSE GESTÃO 2023-2027	
Comitê	Cidade
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Alto São Francisco - SF1	Lagoa da Prata/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pará - SF2	Divinópolis/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba - SF3	Betim/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno da Represa de Três Marias - SF4	Três Marias/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas - SF5	Belo Horizonte/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitaí e Pacuí - SF6	Montes Claros/MG
Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia	Unai/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco - SF9	São Francisco/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica Nascentes do Rio Grande	Lavras/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno do Reservatório de Furnas - GD3	Remota
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde - GD4	Remota
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí (GD5)	Remota
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (GD6)	Poços de Caldas/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Rio Grande - GD7	Remota
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Rio Grande - GD8	Uberaba/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus - SM1	Remota
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito e Demais Afluentes Mineiros do Rio Pardo - PA1	Remota
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha - JQ1	Montes Claros/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí - JQ2	Remota
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio e Baixo Jequitinhonha - JQ3	Almenara/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri - MU1	Teófilo Otoni/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari - PJ1	Remota
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba - PN1	Patrocínio/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari - PN2	Araguari/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba - PN3	Uberlândia/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna - PS1	Juiz de Fora/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Pomba e Muriaé - PS2	Ubá/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranga - DO1	Ponte Nova/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba - DO2	Itabira/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Santo Antônio - DO3	Itabira/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí - DO4	Governador Valadares/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Caratinga - DO5	Caratinga/MG
Comitê da Bacia Hidrográfica Águas do Rio Manhuaçu - DO6	Taparuba/MG

Fonte: Elaborado pelos autores

Cabe destacar que nessa etapa foram elaborados todos os 1.848 termos de posse individuais, assinados por um representante do Igam, designado pela Secretária da Semad, e pelo conselheiro empossado. Para os representantes que tomaram posse por meio de reunião remota e para os que não compareceram na reunião presencial o documento foi enviado por e-mail para assinatura e posterior devolução ao Igam.

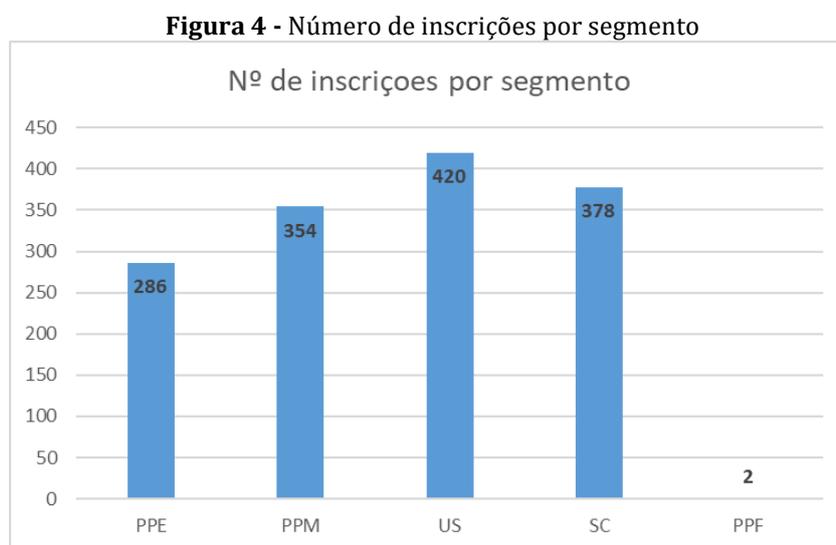
Após as reuniões de posse dos conselheiros e membros da diretoria, a GECBH/Igam foi responsável por atualizar as informações no Portal dos Comitês referentes às composições dos conselheiros das plenárias e diretoria.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Inscrições

A importância e complexidade do processo eleitoral pode ser observada por meio dos dados e números a seguir.

Do total de 1.440 instituições que se inscreveram para concorrerem as vagas nos Comitês de Bacias, conforme Figura 4, foram 286 inscrições do segmento do Poder Público Municipal, 354 do Poder Público Estadual, 420 do setor de Usuários, 378 das entidades da sociedade civil organizada e 2 do Poder Público Federal especificamente para o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba.



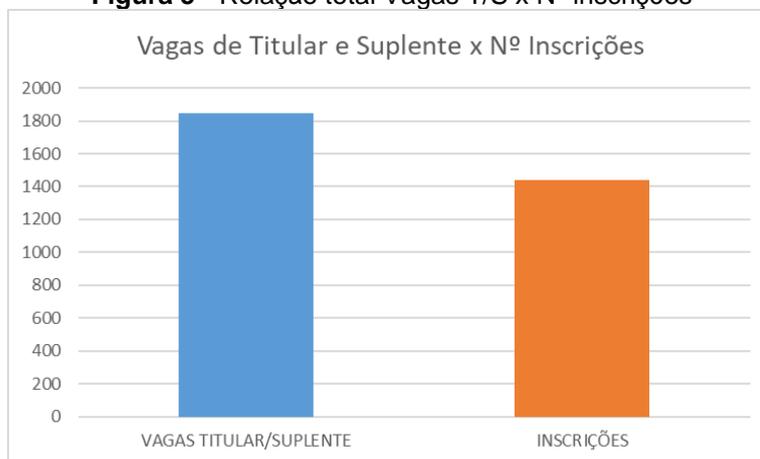
Fonte – Elaborado pelos autores

Nota-se que o maior número de inscrições foi do segmento usuários de recursos hídricos seguido pelo segmento da sociedade civil. No caso do segmento usuários de recursos hídricos, esse maior interesse em participar dos Comitês de Bacias, dentre

vários motivos, pode ter uma relação com a Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos, instrumento de gestão com início de implementação em 12 Circunscrições Hidrográficas entre os anos de 2010 a 2013 e finalizado nas demais no ano de 2023 por meio do Decreto Estadual nº 48.160/2021. Quanto ao segmento Sociedade Civil, cabe destacar também a mobilização histórica e contínua deste segmento em integrar os Comitês de Bacias.

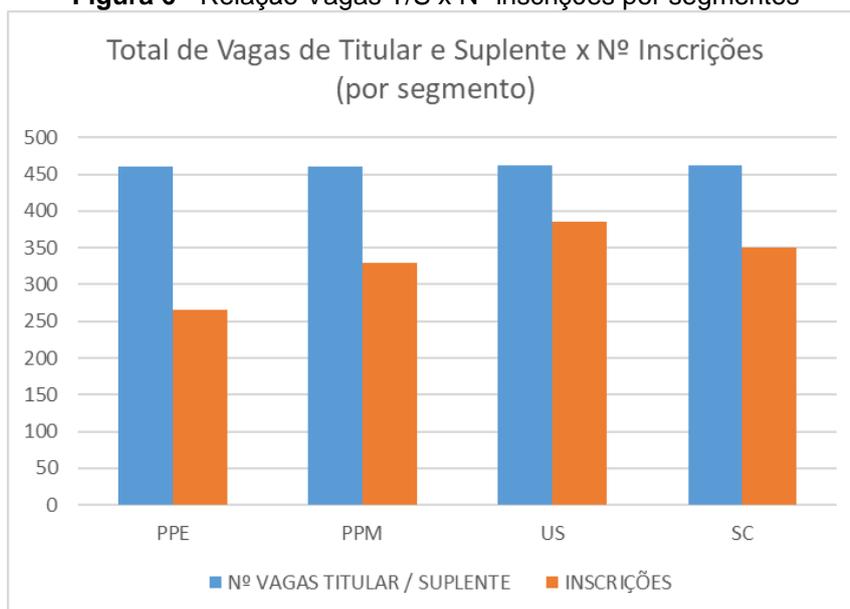
No entanto, em que pese em um primeiro momento um número alto de instituições inscritas, esse ficou abaixo do esperado, visto que, na maioria dos Comitês o número de inscrições não alcançou o total das vagas disponíveis para titulares e suplentes, conforme apresentado de forma geral na Figura 5 e por segmento na Figura 6.

Figura 5 - Relação total Vagas T/S x N^o inscrições



Fonte – Elaborado pelos autores

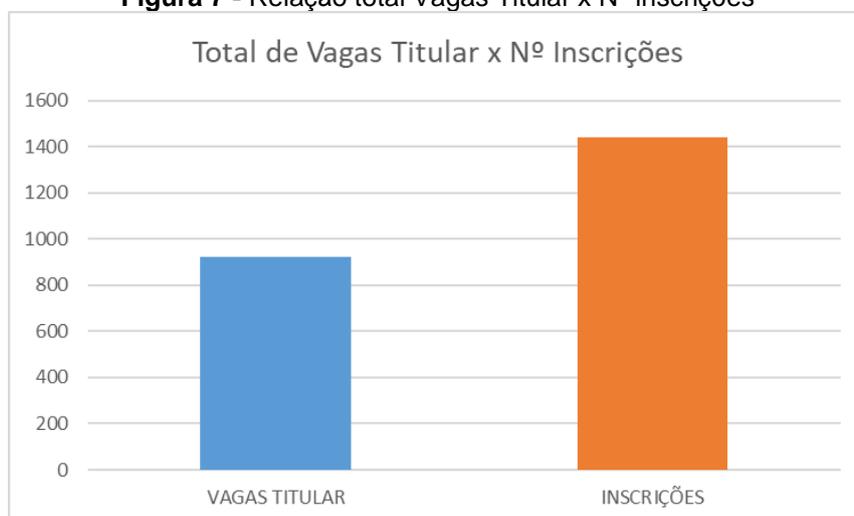
Figura 6 - Relação Vagas T/S x N^o inscrições por segmentos



Fonte – Elaborado pelos autores

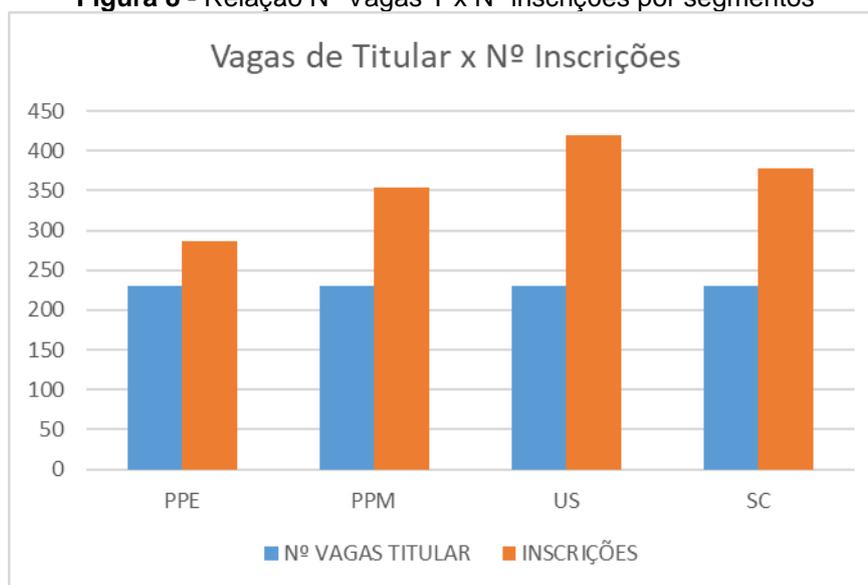
Ao considerar a possibilidade de uma vaga ser ocupada com a titularidade e respectiva suplência por uma mesma instituição, é possível preencher todas as vagas ofertadas, conforme apresentado de forma geral na Figura 7 e por segmento na Figura 8.

Figura 7 - Relação total Vagas Titular x N° inscrições



Fonte – Elaborado pelos autores

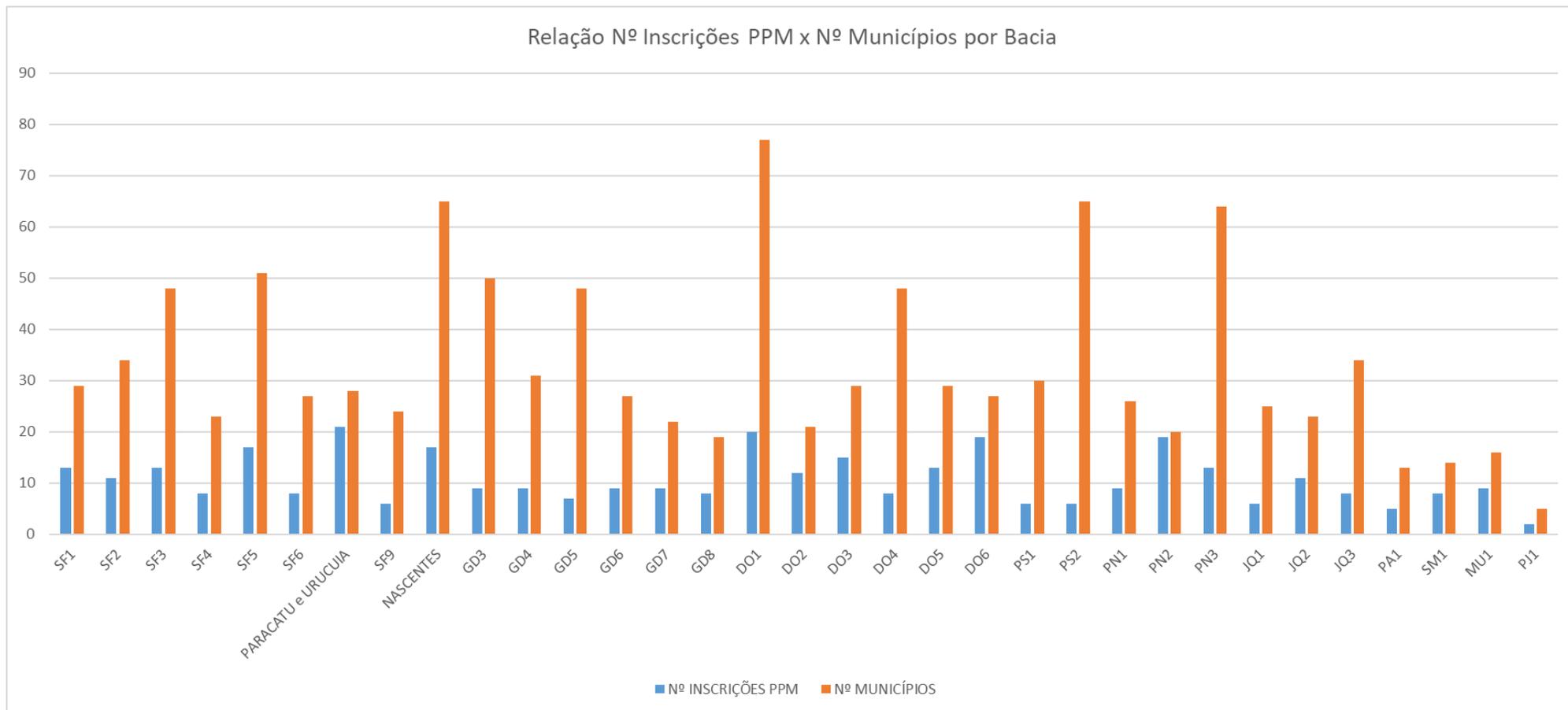
Figura 8 - Relação N° Vagas T x N° inscrições por segmentos



Fonte – Elaborado pelos autores

Cabe ainda uma observação quanto ao baixo número de inscrições do segmento do poder público municipal em relação ao total de municípios pertencentes às bacias hidrográficas, conforme Figura 9. Isso pode estar relacionado a uma mobilização pouco eficiente junto a esses atores no que diz respeito ao conhecimento e papel dos Comitês de Bacias. Pode estar relacionado também ao possível desinteresse dos municípios em ter representação nesses colegiados.

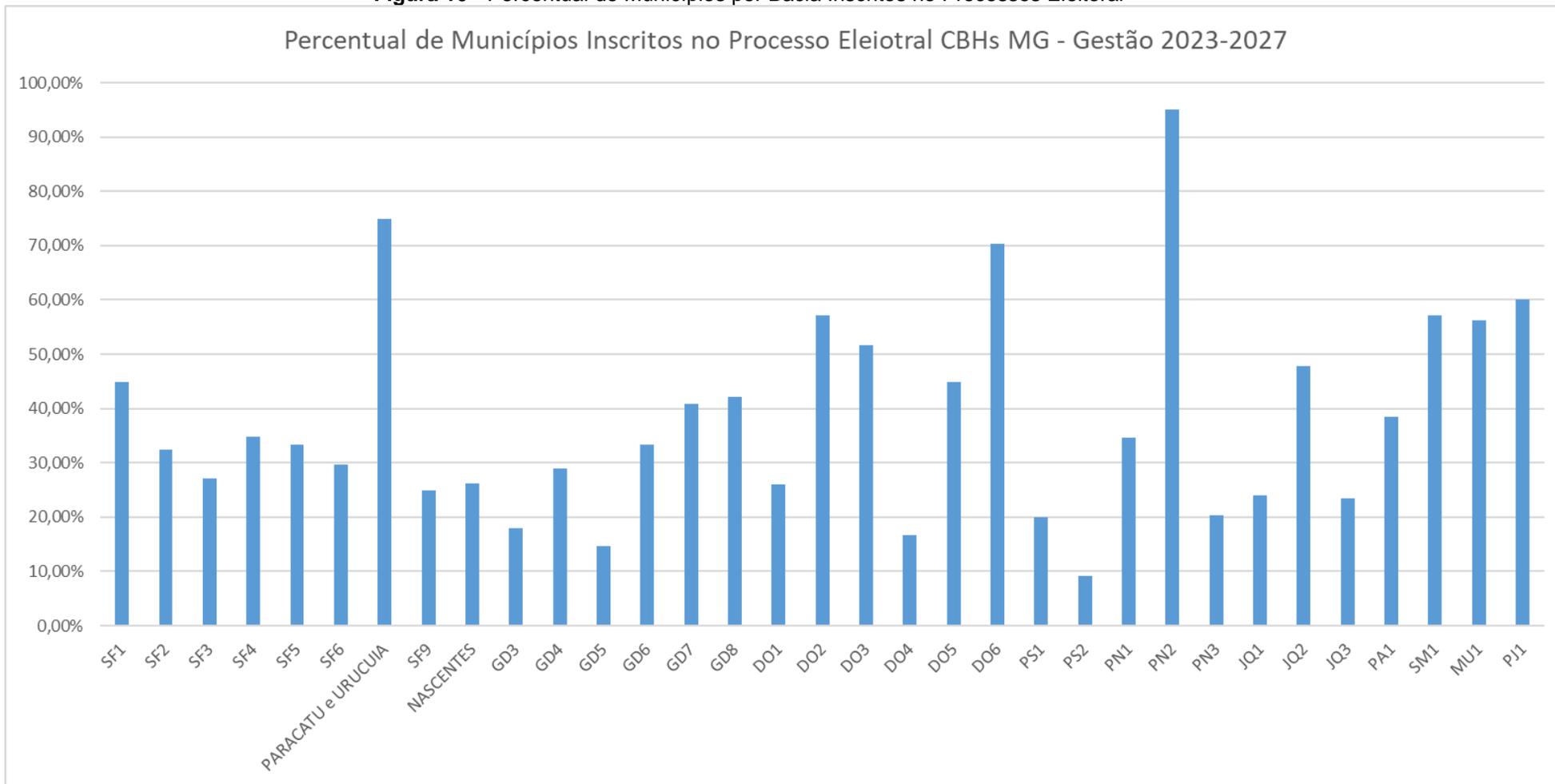
Figura 9 - Relação N° de Inscrições PPM x N° de Municípios por Bacias



Fonte – Elaborado pelos autores

Essa situação pode ser observada também na Figura 10, onde na maioria dos Comitês o número de inscrições de municípios ficou abaixo de 30% em relação ao total de municípios pertencentes às respectivas bacias hidrográficas. Em 6 (seis) Comitês esses números ficaram abaixo de 20% e em 1(um) Comitê não atingiu 10% de municípios inscritos. Apenas em 8 (oito) Comitês esses números superaram 50%, com destaque para os Comitês das Bacias dos Rios Paracatu e Urucuia (CH SF7 e SF8), do Rio Manhuaçu (CH DO6) que superaram 70% de municípios inscritos, e do Rio Araguari (CH PN2) que atingiu quase 100% de municípios na bacia. Cabe registrar também que os municípios podem ser representados por Consórcios Intermunicipais e Associações Municipais.

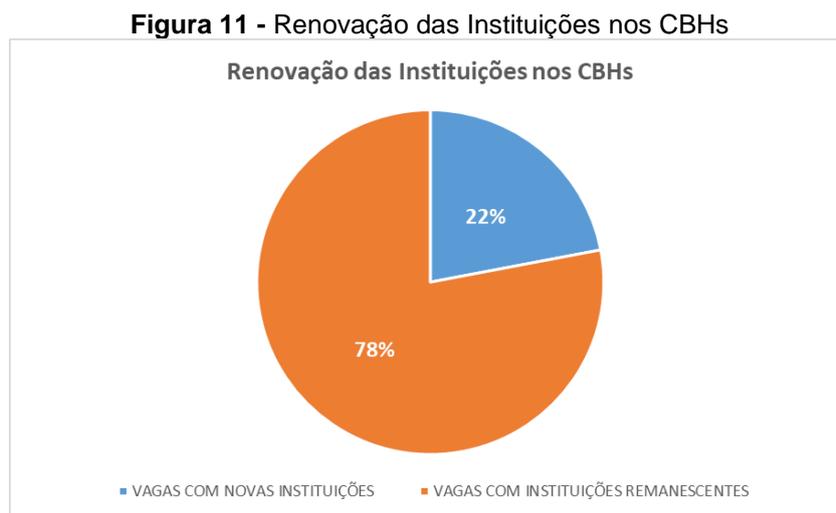
Figura 10 - Percentual de Municípios por Bacia Inscritos no Processos Eleitoral



Fonte - Elaborado pelos autores

4.2 Renovação das Instituições nos Comitês de Bacias

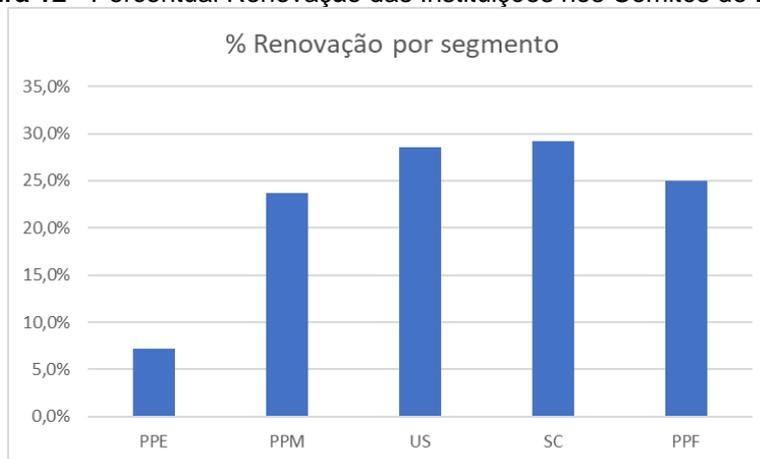
A análise a seguir foi realizado por Comitê de Bacia e para fins deste relatório, o termo “novas instituições” refere-se as que ocuparam vaga de titular ou suplência em um ou mais CBH e que não estavam na gestão anterior nestes. Assim, dentre o total de 1.848 vagas disponíveis, 410 foram ocupadas por novas instituições, o que leva a uma renovação geral de 22% conforme Figura 11.



Fonte – Elaborado pelos autores

Considerando a renovação geral por segmento, foram 7,2% dessas vagas ocupadas por novas instituições do Poder Público Estadual; 23,7% do Poder Público Municipal; 28,6% do segmento Usuários de Recursos Hídricos; 29,2% da Sociedade Civil; e, 25% de renovação do Poder Público Federal, conforme apresentado na Figura 12. Registra-se que o levantamento do Poder Público Federal levou em consideração somente o CBH Paraopeba (CH SF3) visto que é o único, dentre os Comitês analisados, que possui esse segmento na composição.

Figura 12 - Percentual Renovação das Instituições nos Comitês de Bacias

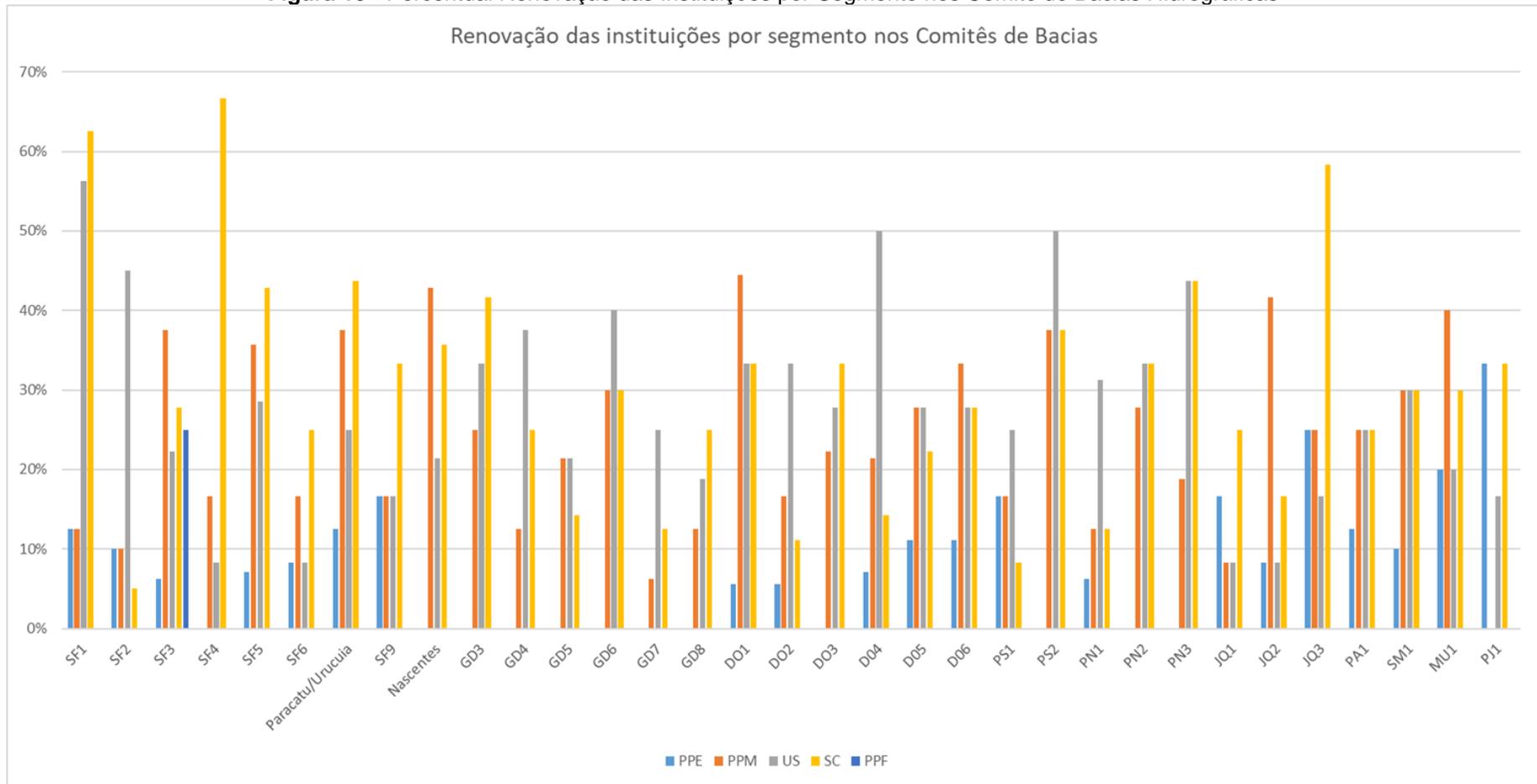


Fonte – Elaborado pelos autores

Analisando a renovação dos segmentos por Comitê de Bacia conforme apresentado na Figura 13, os CBHs do Alto São Francisco (CH SF1) e Entorno da Represa de Três Marias (CH SF4) alcançaram renovação acima de 60% na sociedade civil e o CBH dos Afluentes do Médio e Baixo Jequitinhonha (CH JQ3) alcançou renovação acima de 50% nesse segmento. Também os CBHs do Rio Suaçuí (CH DO4) e dos Rios Pomba e Muriaé (CH PS2) obtiveram renovação igual ou superior a 50% no segmento usuários de recursos hídricos.

Outros 11 CBHs apresentaram em alguns segmentos, percentual igual ou superior a 40%, no caso, os Comitês das Bacias: do Rio Pará (CH SF2); Rio Paraopeba (CH SF3), Rio das Velhas (CH SF5), Paracatu e Urucuia (CHs SF7 e SF8), Nascentes do Rio Grande (CHs GD1 e GD2), Entorno do Reservatório de Furnas (CH GD3), Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CH GD6), Rio Piranga (CH DO1), Afluentes do Baixo Paranaíba (CH PN3; Rio Araçuaí (CH JQ2) e do Rio Mucuri (CH MU1). Nos demais Comitês esses percentuais ficaram abaixo de 30%.

Figura 13 - Percentual Renovação das Instituições por Segmento nos Comitê de Bacias Hidrográficas

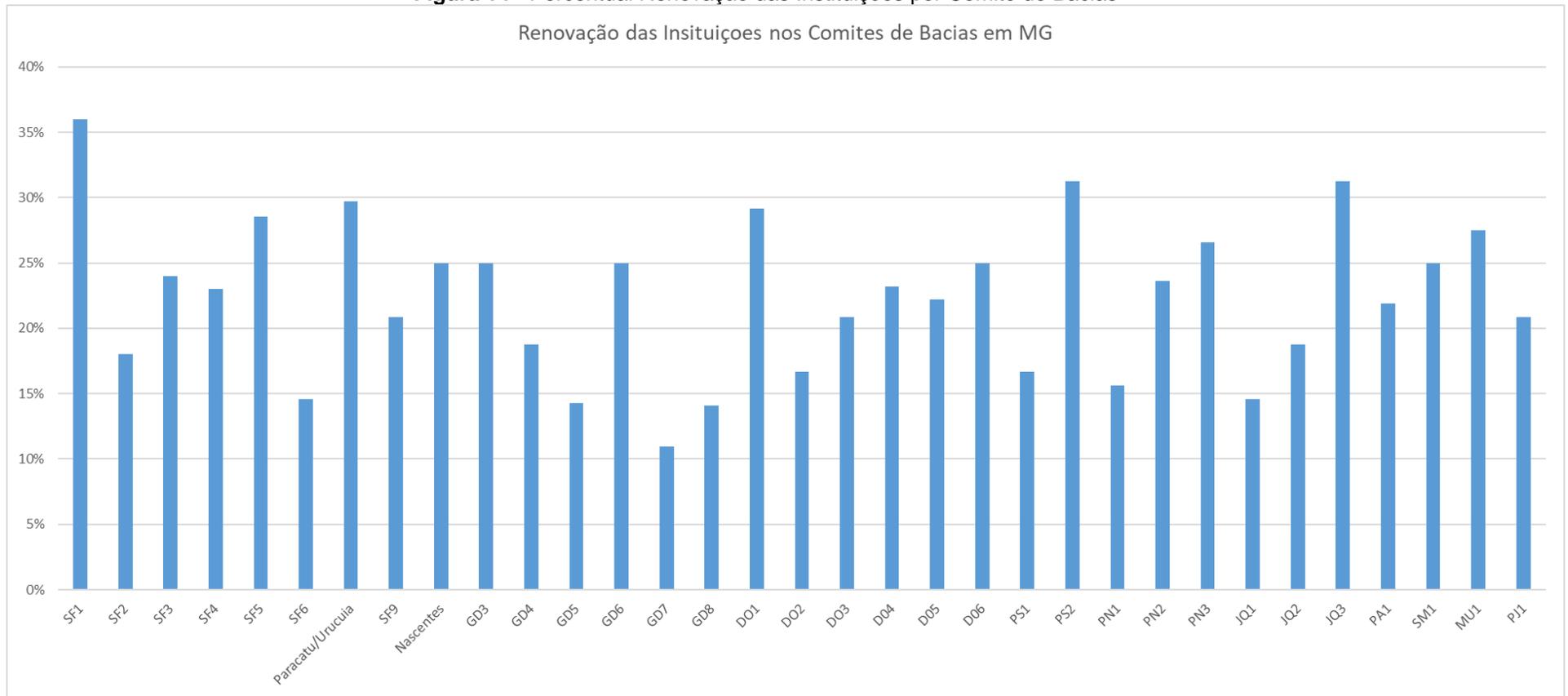


Fonte - Elaborado pelos autores

Ainda, analisando os números totais por CBH, conforme apresentado na Figura 14, observava-se que, em que pese alguns CBHs terem alcançado renovação acima de 50%, em um ou outro segmento, a média de renovação geral com novas instituições ficou abaixo de 30%, exceto em 3 CBHs onde os percentuais ficaram entre 30% e 40%. Assim abre-se uma reflexão no sentido de avaliar a necessidade por parte dos entes envolvidos na gestão participativa quanto ao incremento e melhorias das ferramentas voltadas a divulgação e mobilização nas respectivas bacias hidrográficas de forma a sensibilizar e aumentar o interesse de todos os segmentos em ter representação e participação nos Comitês de Bacias.

Por fim, cabe ressaltar que o processo de renovação das entidades nos Comitês é importante no sentido de ampliar e oportunizar a participação e representação de novas entidades da bacia na gestão de recursos hídricos, contudo, isso não diminui a relevância das instituições que estiveram ou que permaneceram nos colegiados.

Figura 14 - Percentual Renovação das Instituições por Comitê de Bacias

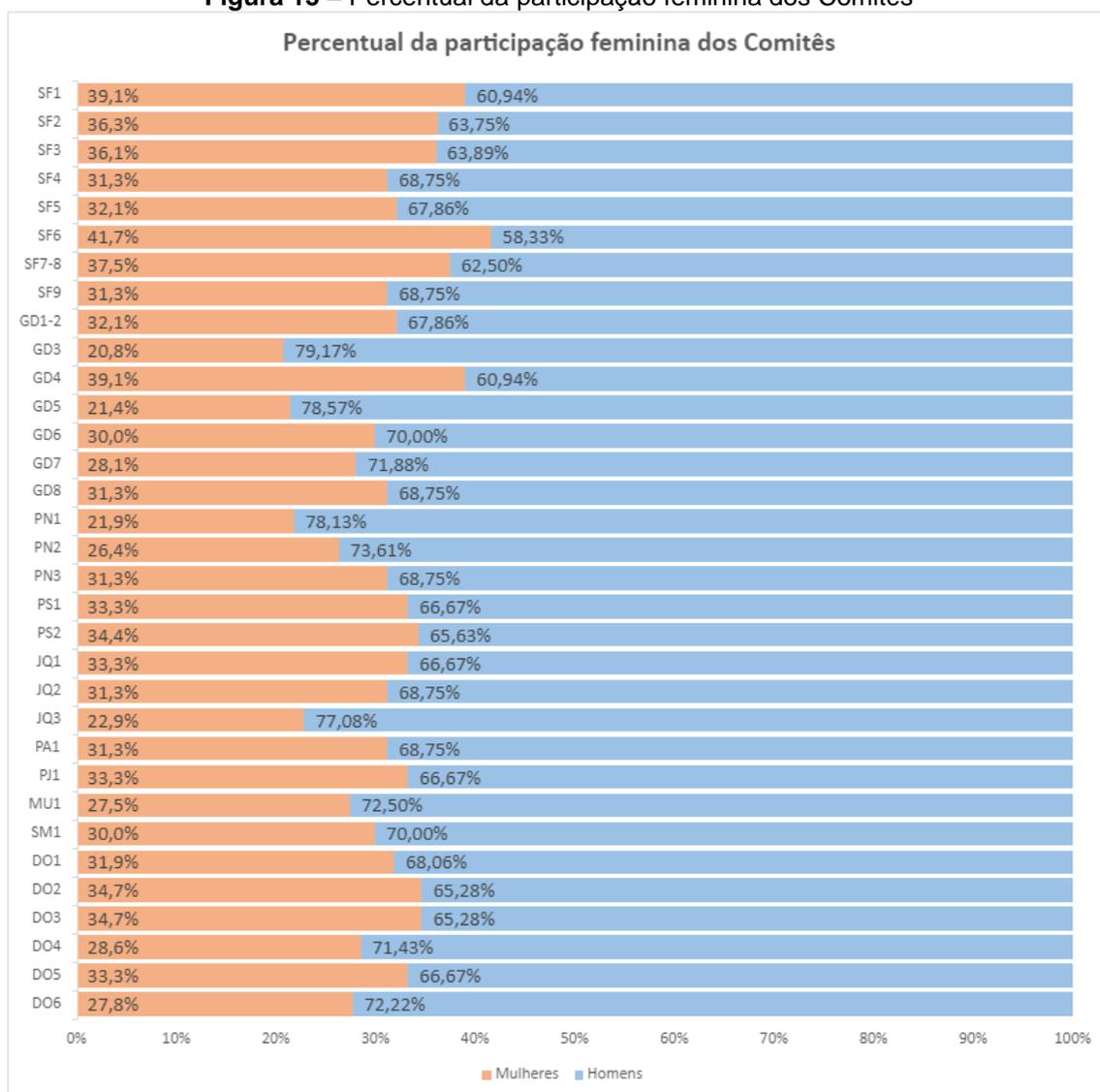


Fonte – Elaborado pelos autores

4.3 Representação Feminina nos Comitês de Bacias

No que se refere aos representantes indicados pelas instituições eleitas para compor as plenárias dos Comitês, dos 1.848 conselheiros verifica-se que atualmente temos uma média de 31,55% de participação feminina e 64,45% masculina. A Figura 15 apresenta essa distribuição na composição de cada Comitê. Destaque para o CBH dos Rios Jequitá e Pacuí (CH SF6) que foi o único que a participação feminina está acima de 40%.

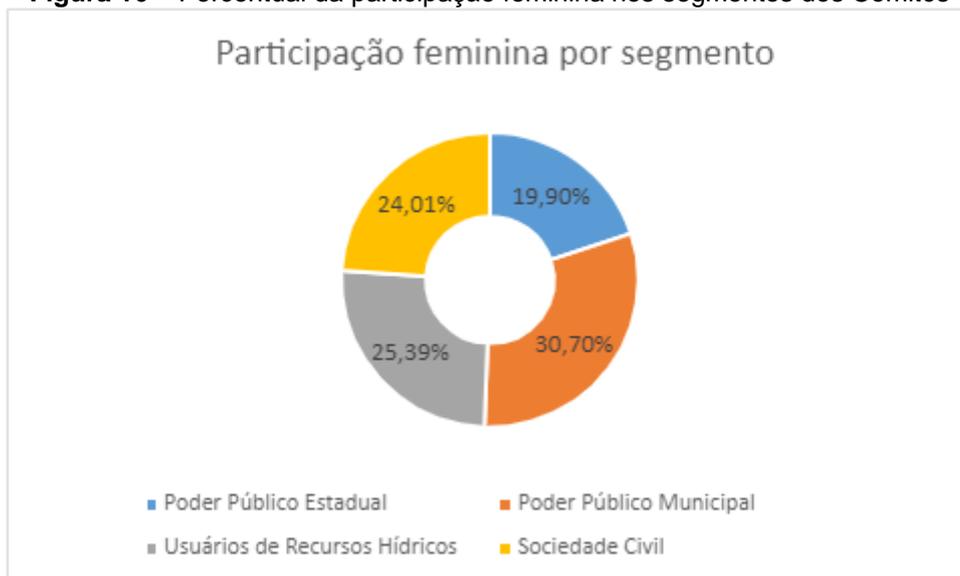
Figura 15 – Percentual da participação feminina dos Comitês



Fonte – Elaborado pelos autores

Das 583 mulheres que estão conselheiras indicadas nos Comitês, 276 (47,34%) ocupam vaga de titularidade e 307 (52,66%) de suplência. A figura 16, retrata a distribuição das mulheres nos segmentos que compõem os Comitês.

Figura 16 – Percentual da participação feminina nos segmentos dos Comitês



Fonte – Elaborado pelos autores

:

Nota-se que a participação feminina no segmento do Poder Público Municipal é a mais expressiva e a que mais se aproxima da média geral, enquanto há uma menor participação no Poder Público Estadual. Os percentuais dos segmentos Usuários de Recursos Hídricos e Sociedade Civil foram intermediários e com pouca diferença entre ambos.

Salienta-se que os dados aqui apresentados sofrem constantes alterações, visto que as entidades que compõem os comitês, a qualquer momento, podem solicitar substituição de seus representantes.

No entendimento de que a diversidade gera valor e pluralidade na construção dos argumentos nota-se que as entidades precisam ser sensibilizadas no intuito de proporcionar uma maior participação feminina, por meio de seus representantes indicados para compor os CBHs.

5. CONCLUSÃO

O processo eleitoral para composição dos Comitês de Bacias, previsto em normativos e especificamente em seus regimentos, é um momento importante tanto para os CBHs como para todos os segmentos da sociedade que estão envolvidos e empenhados nas discussões e nas tomadas de decisões relacionados ao gerenciamento e gestão das águas, se mobilizarem para ingressar nos colegiados. Esse momento de renovação da composição é estratégico para o enfrentamento do desafio da gestão dos recursos hídricos.

Embora tenha sido um processo eleitoral com duração longa, visto que se iniciou em 2021 e finalizou somente no primeiro semestre de 2024, em que pese o período de pandemia da Covid 19, possibilitou também a inovação em normas e utilização de tecnologias para execução das etapas previstas, principalmente por ter sido sua realização quase 100% de forma digital e remota.

Nesse contexto, esse relatório pode demonstrar os desafios técnicos, administrativos e operacional para os atores envolvidos, bem como, os resultados alcançados e reflexões a serem feitas para as próximas eleições, como:

- O fato de vários CBHs ficarem com o número exato de entidades com relação as vagas disponíveis, a partir do momento que uma dessas entidades é desligada o CBH ficará com a vaga vacante, havendo a necessidade de um processo eleitoral complementar.
- O fato da média de renovação com novas instituições terem ficado abaixo de 30% na maioria dos CBHs, faz-se necessário uma maior divulgação do processo eleitoral e mobilização dos segmentos envolvidos visando despertar o interesse desses em ter representação e participação nos Comitês de Bacias.

O processo de renovação das entidades nos Comitês é importante no sentido de ampliar e oportunizar a participação e representação de novas entidades na gestão de recursos hídricos, contudo, isso não diminui a relevância daquelas que estiveram ou que permaneceram nesses colegiados.

Por fim, ressalta-se que a transparência e a condução adequada de todas as etapas garantiram um resultado legítimo e representativo dos interesses dos diferentes segmentos. Com o processo eleitoral finalizado sem contratempos significativos, os novos membros têm agora a responsabilidade de colaborar de forma eficaz para a gestão participativa e preservação das bacias hidrográficas, consolidando o papel dos Comitês como instâncias fundamentais na governança ambiental.

6. REFERÊNCIAS

MINAS GERAIS, Lei Estadual nº 13.199 de 29 de janeiro de 1999: Dispõe Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos.

MINAS GERAIS, Decreto Estadual nº 48.160 de 24 de março de 2021. Regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado e dá outras providências.

MINAS GERAIS, Decreto Estadual nº 48.639 de 22 de junho de 2023. Institui o Comitê da Bacia Hidrográfica Nascentes do Rio Grande.

MINAS GERAIS, Decreto Estadual nº 48.729 de 12 de dezembro de 2023. Institui o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia.

MINAS GERAIS, Deliberação Normativa CERH MG nº 66 de 17 de novembro de 2020: Estabelece as Unidades Estratégicas de Gestão do Estado de Minas Gerais.

MINAS GERAIS, Deliberação Normativa CERH MG nº 69 de 09 de janeiro de 2021: Estabelece normas gerais para subsidiar a elaboração dos Regimentos Internos dos Comitês de Bacias Hidrográficas, considerando suas competências, funções, composição e estrutura.

PORTAL DOS COMITÊS, Processo Eleitoral. Disponível em: <https://comites.igam.mg.gov.br/processos-eleitorais> .